



“Jovem”, “bonita”, “não tinha namorado”: corpo, gênero e representações sociais nas narrativas midiáticas sobre episódios de violência contra a mulher

AMANDA TAVARES DE MELO DINIZ¹

Resumo

Este artigo objetiva investigar a construção de representações sociais sobre as mulheres na e pela mídia, a partir do estudo da circulação de discursos historicamente associados ao gênero feminino em narrativas sobre violência contra as mulheres. Como fundamentação teórica para refletir sobre corpo, sexualidade e representações sociais, acionamos as ideias de Butler (2004, 2018) sobre as noções de vulnerabilidade e de construção sociocultural do gênero e de Foucault (2015, p. 151) sobre a biopolítica e o biopoder, que engendram “técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações”. Com efeito, “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (FOUCAULT, 2005, p. 47). Analisamos, à luz dessas bibliografias, os pontos de vista das vozes sociais convocadas para falar sobre casos de violência contra a mulher – a Polícia, o Ministério Público, a Medicina e os familiares da vítima – e discutimos as relações entre a cobertura midiática da violência e a constituição de vulnerabilidades em torno da morte de mulheres em contextos violentos. Como resultados, observamos que o uso de determinadas expressões como “bonita”, “jovem” e “não tinha namorado” pode contribuir para reiterar imagens estereotipadas sobre mulheres vítimas de violência, bem como para regular seus corpos e condutas. Por outro lado, a mobilização de discursos críticos por outras vozes que falam nas narrativas tensiona a maneira como essas mulheres são discursivamente representadas, rompendo com uma representação coisificada da vítima que, alguns casos, reforça sua passividade perante um contexto de sofrimento.

Palavras-chave: gênero; discurso; representações sociais; biopolítica; controle.

Introdução

Atividade profissional historicamente associada à representação discursiva do real, o jornalismo constrói suas narrativas em torno dos acontecimentos da atualidade, endossando os pontos de vista defendidos pelas diversas vozes que falam em seus textos e, em outros casos, questionando suas lógicas. Uma breve incursão pelos noticiários chama a atenção para uma das marcas do contemporâneo: a veiculação de narrativas midiáticas alicerçadas no sofrimento, na dor. “Ser espectador de calamidades [...] é uma experiência moderna essencial”, pois “as informações sobre o que se passa longe de casa sublinham conflito e violência [...], aos quais se reage com compaixão, ou

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE). E-mail: amandatdemelo@gmail.com.

indignação, ou excitação, ou aprovação, à medida que cada desgraça se apresenta” (SONTAG, 2003, Kindle Edition, posição 160).

A exibição frequente de narrativas focadas em crimes, doenças e outras catástrofes reitera a força que o “discurso do sofrimento” adquire no mapa midiático atual, visto que esses discursos possuem um alto poder de engajar emocionalmente o público (Hoijer, 2004), rompendo, em alguns casos, com a indiferença em relação às calamidades diariamente reportadas pela mídia. Em outros casos, essas narrativas refletem as práticas de “uma indústria cultural que encontrou na espetacularização dos episódios violentos uma alternativa lucrativa” (TOSCANO; ARAÚJO, 2010: 04). Embora o choque que essas matérias geram não se restrinja a uma pauta nem a grupos sociais específicos, algumas variáveis podem potencializar a repercussão de uma notícia junto ao público, conferindo-lhe um tom mais ou menos sensacionalista.

No contexto das narrativas sobre a violência, um dos aspectos que influencia a circulação de determinados discursos é a constituição de *vulnerabilidades*, que, segundo Butler (2004), são distribuídas desigualmente entre indivíduos e grupos, sendo moldadas por direcionamentos normativos, arranjos sociais, enquadramentos midiáticos e valores socioculturais. Essas vulnerabilidades (simbólicas, políticas, discursivas, etc.) estão no centro das relações entre os corpos e o exercício do poder porque expõem certas vidas ao risco e ao perigo ao mesmo tempo em que protegem outras, exibindo diferentes valores sobre a vida e a morte (BUTLER, 2004). Tais vulnerabilidades também permitem “discriminar vítimas ideais e ‘menos’ ideais. Crianças, mulheres e idosos são frequentemente vistos como vulneráveis em uma situação de violência, e por isso eles são mais adequados como vítimas ideais do que homens em seu auge” (HOIJER, 2004: 517, tradução nossa²).

Entender a vítima ideal como uma construção cultural (HOIJER, 2004) reforça a necessidade de se observar o contexto sócio-histórico em que circulam as narrativas sobre eventos violentos. Tomando como referência as mulheres, uma dessas “vítimas ideais” (HOIJER, 2004), esta pesquisa analisa a

² “We may also discriminate between ideal and less ideal victims. Children, women and elderly people are often seen as helpless in a violent situation, and therefore they are more suitable as ideal victims than males in their prime” (HOIJER, 2004: 517).

construção de representações sociais sobre as mulheres na e pela mídia pernambucana, a partir do estudo da circulação de discursos historicamente associados ao gênero feminino em narrativas locais sobre episódios de violência. Como as mulheres “aparecem” nesses textos? O relato desses crimes contribui, de alguma forma, para revitimizar as mulheres que sofrem violência, ampliando uma imagem de vulnerabilidade, ou aponta para uma possível superação do estatuto de passividade tradicionalmente atribuído às vítimas? Que rede discursiva é convocada para falar sobre casos em que mulheres são vítimas de situações de sofrimento?

Para discutir essas questões, analisaremos os discursos e pontos de vista das diversas vozes que falam nas narrativas midiáticas que abordam a violência de gênero, como as das instituições que integram a esfera jurídico-criminal como a Polícia, o Ministério Público e os órgãos do Poder Judiciário, a da Medicina, as dos familiares/amigos da vítima e a(s) voz(es) da opinião pública.

“Ela é feita pra apanhar, ela é boa de cuspir³”: a violência de gênero em pauta

A investigação proposta neste artigo está alicerçada na observação de que a abordagem midiática de eventos relacionados à violência contra a mulher tem sido bastante recorrente nos portais de notícias dos veículos de comunicação de maior audiência em Pernambuco, Estado em que essa pesquisa vem sendo desenvolvida: *Jornal do Commercio*, *G1 Pernambuco*, *Diário de Pernambuco* e *Folha de Pernambuco*. Como exemplos disso, citamos as coberturas midiáticas que esses veículos fizeram de três crimes contra mulheres que alcançaram grande repercussão local nos últimos anos: o caso Maria Alice Seabra (junho/2015), o caso Mirella Sena (abril/2017) e o caso Remís Carla (dezembro/2017). Uma pesquisa nos mecanismos de busca dos portais de notícias mostrou que, somadas, as coberturas jornalísticas dos três casos contabilizaram mais de cento e quarenta publicações, entre matérias principais e vinculadas.

³ Referência a *Geni e o Zepelim*, música de autoria de Chico Buarque em cujo refrão se lê: “Joga pedra na Geni! Joga pedra na Geni! Ela é feita pra apanhar, ela é boa de cuspir. Ela dá pra qualquer um, maldita Geni”. A canção faz parte da peça *A Ópera do Malandro* e aborda a história de uma transexual que era vista como uma mulher imoral e sexualmente libertina pelos habitantes da cidade em que morava, sendo alvo constante de preconceito e violência. A música é aqui evocada para remeter à misoginia e à vigilância exercida sobre as vivências afetivo-sexuais das mulheres cis e transgênero. Disponível em: http://www.chicobuarque.com.br/letras/genieoze_77.htm

A nosso ver, o agendamento de temas relacionados à violência doméstica e familiar e à violência sexual na mídia pernambucana está associado à ampliação do debate em âmbito nacional e local sobre os direitos das mulheres e a violência de gênero⁴. Dois eventos parecem ter sido relevantes para a retomada e acentuação discursiva dessas pautas: a promulgação, em 2015, da lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), e os dez anos da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, completados em 2016. A entrada dessas duas leis no ordenamento jurídico brasileiro ampliou a judicialização da questão, entendendo a judicialização como a criminalização da violência contra as mulheres, não só pela letra das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores (WASELFISZ, 2015: 07).

No entanto, embora a solução judicial de alguns casos venha sendo fundamental no enfrentamento da violência de gênero no país, as estatísticas relacionadas à questão ainda se mostram alarmantes. Segundo o *Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil*, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil) com base na análise dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, em 2013 4.762 mulheres foram vítimas de homicídio no Brasil⁵. No contexto particular de Pernambuco, a Secretaria de Defesa Social (SDS/PE) contabilizou o total de 33.344 vítimas de violência doméstica e familiar em 2017⁶, uma média de 91 ocorrências por dia. Com relação ao crime de estupro, o órgão contabilizou 2.178 vítimas no mesmo ano⁷, cerca de seis vítimas a cada dia.

Esses números reforçam a necessidade de discutir tais questões não apenas no âmbito das políticas públicas e na esfera criminal, mas também dentro dos estudos da comunicação e do discurso. Essa abordagem se justifica pelo fato de os enquadramentos midiáticos desempenharem um papel

⁴ “O termo ‘violência contra a mulher’ diz respeito a qualquer ato de violência de gênero que resulta ou pode resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos para as mulheres, incluindo as ameaças desses atos, coerções ou privações arbitrarias da liberdade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA MULHERES, 1995, tradução nossa). Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/violence.htm>.

⁵ Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

⁶ Disponível em: http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=5c066629-9db0-4908-8bf9-6e0ae34a47ee&groupId=124015

⁷ Disponível em: http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e8cf5e79-c1d2-4a4c-af66-cac2926dce81&groupId=124015

relevante no que se refere à circulação de pontos de vista, assim como para ensejar uma reação à (in)justiça e aos processos que perpetuam assimetrias e violências contra grupos historicamente vistos como vulneráveis, como mulheres, negros, indígenas e pessoas LGBTQI+, por exemplo.

Essa percepção se coaduna com o pensamento de Foucault (apud HALL, 2002, p. 27, grifos nossos) de que “o discurso constrói o tema. Define e produz os objetos do nosso conhecimento, *governa o modo como se pode falar e pensar sobre um tema*. Também influencia como as ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros”. Dessa maneira, entendemos que os enquadramentos midiáticos podem atuar tanto para endossar discursos e práticas violentos como para combatê-los, colocando essas regulações em xeque ou mesmo tensionando seus próprios regimes de visibilidade e de dizibilidade.

Corpo, discurso e gênero em disputa

Para discutir as questões aqui levantadas, propomos uma articulação entre o pensamento de Foucault (2005, 2015) sobre as noções de *Biopolítica* e de *Tecnologias do sexo* e sua releitura por Teresa de Lauretis (1987), que, mais adiante, propõe o conceito de *Tecnologias de gênero*. Para Foucault (2005, 2015), a biopolítica pode ser entendida como “uma implicação da vida biológica nos cálculos e nos mecanismos do poder” (WERMUTH, 2017: s/p). A biopolítica coloca aspectos como saúde, natalidade, mortalidade e sexualidade no centro da preocupação governamental porque se manifesta como um “poder de gerenciar a vida dos sujeitos” (WERMUTH, 2017, s/p). Com efeito, “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas *começa no corpo*, com o corpo [...] O corpo é uma realidade biopolítica” (FOUCAULT, 2015: 47, grifos nossos).

É interessante salientar que o corpo, na concepção de Foucault, “não é simplesmente o corpo natural que todos os seres humanos têm em todos os tempos. Este corpo é *produzido* dentro do discurso, de acordo com as diferentes formações discursivas” (HALL, 2002: 33, grifo do autor). É precisamente sobre essa *produção discursiva do corpo* e dos procedimentos para regulá-lo que incidem o que Foucault (2005) denominou “tecnologias do sexo”. Para o autor, essas tecnologias são utilizadas para potencializar a vida e garantir a sujeição dos corpos aos interesses das classes dominantes, assegurando sua permanência no poder e seu domínio sobre indivíduos e grupos.

Essas técnicas envolviam a elaboração de discursos sobre quatro ‘figuras’ ou objetos do conhecimento: a sexualização das crianças e do corpo feminino, o controle da procriação e a psiquiatrização de comportamentos sexuais anormais como perversões. Esses discursos, que foram implementados através da pedagogia, da medicina, da demografia e da economia, foram ancorados ou apoiados em instituições do Estado e se focaram especialmente na família; eles serviram para disseminar e ‘implantar’, no sugestivo termo de Foucault, essas imagens e formas de conhecimento em cada indivíduo, família e instituição (LAURETIS, 1987, Kindle Edition, posição 463, tradução nossa⁸).

Dentre as quatro categorias citadas acima como “alvos” preferenciais das tecnologias do sexo, duas são particularmente relevantes para o nosso estudo: *a sexualização do corpo feminino* e *o controle da procriação*, por se dirigirem especificamente às mulheres e aos seus modos de ser e estar no mundo. Com o uso sistemático dessas tecnologias nas sociedades contemporâneas, o corpo das mulheres passa, então, a ser encarado como um assunto público, uma matéria de interesse coletivo, pois “o sexo se tornou uma questão que requeria que o corpo social como um todo e virtualmente todos os seus indivíduos se colocassem sob vigilância” (FOUCAULT apud LAURETIS, 1987, KINDLE Edition, posição 467, tradução nossa⁹).

Com efeito, a sexualização do corpo feminino e o controle da procriação são dois temas que circulam com bastante frequência em diferentes campos do saber como a política, a religião, a medicina, as artes, o direito, e, claro, a mídia. Nelas, os discursos participam de um movimento dialógico em que certas representações sobre o corpo feminino são reiteradas e outras questionadas, sublinhando a influência da construção cultural do feminino sobre as atitudes das mulheres e sobre as formas como estas são percebidas pela coletividade.

Na esteira das relações entre representações de gênero e suas reverberações sobre a forma como as mulheres se enxergam e se autodeterminam, Lauretis (1987, Kindle Edition, posição 1047, tradução nossa¹⁰) propõe o conceito de “tecnologias de gênero”, que se trata das “técnicas e estratégias discursivas por meio das quais o gênero é construído”. Essa noção é um desdobramento do já citado conceito foucaultiano de “tecnologias do sexo” e se apoia na ideia de que assim como a sexualidade,

⁸ “Those techniques involved the elaboration of discourses about four privileged ‘figures’ or objects of knowledge: the sexualization of children and of the female body, the control of procreation and the psychiatrization of anomalous sexual behavior as perversion. These discourses, which were implemented through pedagogy, medicine, demography and economics, were anchored or supported by the institutions of the state, and became especially focused on the family; they served to disseminate and to ‘implant’, in Foucault’s suggestive term, those figures and modes of knowledge into each individual, family and institution”. (LAURETIS, 1987, Kindle Edition, posição 463).

o gênero não é uma propriedade dos corpos ou algo originalmente existente nos seres humanos, mas o conjunto de efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais, nas palavras de Foucault, pelo emprego de uma ‘complexa tecnologia política’ (LAURETIS, 1987, Kindle Edition, posição 135, tradução nossa¹¹).

Podemos entender, então, que o gênero é produto de um amplo conjunto de tecnologias sociais, que exercem sobre os sujeitos determinados efeitos e regulações, bem como estabelecem padrões a serem seguidos por cada gênero, como uma espécie de “comportamento esperado” de cada um deles. É por meio dessas tecnologias que certos condicionamentos se perpetuam ao longo do tempo e produzem efeitos em uma cadeia contínua que se verifica até hoje quando observamos as coberturas midiáticas de episódios de violência contra a mulher.

Com efeito, para Lauretis (1987, Kindle Edition, posição 150), um dos espaços em que a construção do gênero se processa é no interior do que Althusser chamou de “aparelhos ideológicos do Estado”, que compreendem a mídia, as escolas, os tribunais, a família, as instituições religiosas e outras entidades que fazem parte do nosso cotidiano. A mídia funciona, nesse contexto, como um lugar de (re)produção de representações de gênero, um espaço no qual elas se constituem e/ou se modificam.

Jovem, bonita, não tinha namorado: uma análise das representações femininas na mídia pernambucana

Articulando as ideias discutidas às coberturas jornalísticas utilizadas como *corpus* deste artigo – as matérias sobre os casos Maria Alice Seabra, Mirella Sena e Remís Carla - podemos perceber que os temas da sexualização e do controle do corpo feminino integram as narrativas sobre os crimes praticados contra as vítimas, já que as duas primeiras sofreram violência sexual e morreram em

⁹ “[...] to be more exact, sex became a matter that required the social body as a whole and virtually all of its individuals to place themselves under surveillance” (FOUCAULT apud LAURETIS, 1987, Kindle Edition, posição 467).

¹⁰ “We might call the ‘technologies of gender’ the techniques and discursive strategies by which gender is constructed” (LAURETIS, 1987, Kindle Edition, posição 1047).

¹¹ “Like sexuality, gender is not property of bodies or something originally existent in human beings, but the set of effects produced in bodies, behaviours and social relations, in Foucault’s words, by the deployment of a ‘complex political technology’” (LAURETIS, 1987, Kindle Edition, posição 135).

situação de luta contra o agressor e a última foi morta pelo ex-companheiro após uma briga causada por ciúmes.

Tomaremos como primeiro exemplo da abordagem dessas questões o caso Maria Alice Seabra, em que uma mulher foi estuprada e morta pelo padrasto no município de Itapissuma, na Região Metropolitana do Recife. O crime aconteceu em julho de 2015 e obteve grande repercussão devido aos laços familiares entre o assassino e a vítima, à torpeza dos motivos evocados pelo padrasto e à crueldade com que os atos foram praticados. Em uma das matérias publicadas sobre o caso, lê-se uma síntese do depoimento dado pela delegada da Polícia Civil Gleide Ângelo, responsável pelas investigações e por efetuar a prisão do réu à época do crime: “Ela lembrou ainda que o réu chegou a admitir que o desejo sexual pela enteada surgiu quando ela tinha 16 anos, num determinado momento em que estavam todos em casa e Maria Alice cruzou as pernas de forma descuidada e deixando a calcinha aparecer” (JORNAL DO COMMERCIO, 2018: s/p¹²).

Percebe-se, nesse excerto, a evocação do desejo sexual que o acusado sentia pela vítima por meio do relato de uma cena de convivência familiar em que o corpo de Maria Alice é colocado como objeto sexual pelo padrasto, com direito à descrição de uma conduta da jovem que, ainda que inconscientemente, teria provocado o desejo do réu. Esse tipo de abordagem reforça, mesmo que de forma subliminar, a relação entre a sexualização do corpo feminino e o comportamento desempenhado pela mulher, como se, ao não lidar com o seu corpo de maneira “cuidadosa”, ela se colocasse “na mira” do desejo sexual masculino.

Tal visão é recorrente em coberturas jornalísticas sobre a violência (sexual, física, psicológica, etc.) contra a mulher, pois, em muitos casos dessa natureza, sublinha-se a conduta da vítima que poderia ter concorrido, de alguma maneira, para a violência sofrida ao invés de se destacar a ação do agressor, sem a qual não existiria o crime. No fragmento a seguir, a colunista do *Diário de Pernambuco* critica essa abordagem adotada tanto pelos veículos de comunicação quanto pela opinião pública, rompendo com o discurso que culpabiliza a vítima pela violência que sofreu:

¹² Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/05/22/gleide-angelo-chora-em-depoimento-do-caso-maria-alice-seabra-340234.php>

É claro que o machismo também vai querer explicar a morte prematura de Maria Alice Seabra usando os mesmos artifícios com os quais busca sempre tornar a vítima a responsável pela própria morte. Não fosse ela crescer tão bonita, usar roupa e maquiagem sedutoras, nada de ruim teria acontecido, a carne não seria tão fraca e o homem não se transformaria em puro “instinto”, como se fosse uma fera primitiva ou o resultado da ação de uma força diabólica. Novamente, o pedido: parem com isso. Um pouco de educação ajudaria a estabelecer um clima de respeito a partir da consciência de que a mulher pode fazer as próprias escolhas e que elas não existem para desafiar o bom senso ou o equilíbrio do homem (PEREIRA, 2015: s/p¹³).

É interessante notar, em dois textos jornalísticos sobre o mesmo caso, de um lado a reiteração de discursos que alimentam visões estereotipadas sobre sujeitos e grupos e, de outro, a resistência aos padrões do que é visível e dizível dentro da ordem do discurso midiático. No segundo trecho destacado, o corpo feminino também é visto a partir das lentes da sexualização, no entanto esse acionamento é feito justamente para criticar a erotização do corpo feminino à revelia das próprias mulheres.

Pouco menos de dois anos após a morte de Maria Alice Seabra, outro feminicídio alcançou grande projeção em Pernambuco: o caso Mirella Sena. O crime foi cometido em abril de 2017 por um vizinho da vítima no flat em que ambos moravam no Recife. Assim como o primeiro caso aqui estudado, a morte de Mirella Sena também foi motivada pelo suposto desejo sexual que o réu tinha pela vítima, como afirma Francisco Océlio, delegado da Polícia Civil de Pernambuco responsável pela investigação do caso:

‘O crime sexual sempre tem uma premeditação. Sobretudo, quando a prática do crime é feita por pessoas próximas. Certamente, que ele já nutria um desejo por ela. *Mirella era uma mulher muito bonita*. O suspeito chegou a dizer que só a viu duas vezes no saguão do prédio. Isso nos leva a crer que ele premeditou. Não há como ele não ter premeditado’ (G1 PERNAMBUCO, 2017, s/p, grifo nosso¹⁴).

De maneira análoga ao que verificamos nas matérias referentes ao caso Maria Alice Seabra, o fragmento acima, retirado do depoimento de um policial ao portal G1 Pernambuco, destaca a beleza da vítima da violência sexual, procedimento anteriormente criticado pela colunista do *Diário de Pernambuco*, Luce Pereira, pelo fato de esse ser um argumento frequentemente empregado para

¹³ Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/06/26/quem-o-machismo-matou-hoje/>

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/jovem-morta-em-flat-foi-vitima-de-violencia-sexual-e-tortura-diz-policia-civil-de-pe.ghtml>

justificar o cometimento desse tipo de crime. Mais uma vez, percebe-se a retomada de discursos que giram em torno da beleza e dos atributos físicos das mulheres vítimas de violência, colocando seus corpos no centro das motivações alegadas por seus algozes. Como discutido por Foucault (2005) e posteriormente por Lauretis (1987), essas práticas fazem com que o corpo e a sexualidade entrem na pauta do debate público, criando a “necessidade” de engendrar técnicas e procedimentos para regular as formas como esses corpos figuram no imaginário coletivo. Mais ainda, esses discursos sobre as vítimas de violência sexual estabelecem o quê e como se fala sobre as mulheres, bem como que comportamentos lhes são impostos ou proibidos, disciplinando seus corpos e suas vidas.

Essa regulação das condutas das mulheres não se manifesta somente nos seus corpos e nas suas percepções em relação a si mesmas, mas também e talvez principalmente nos seus relacionamentos interpessoais. Tanto no caso de Maria Alice Seabra quanto no de Mirella Sena questionamentos sobre o estado civil/vida afetiva foram abordados pelas matérias, embora, conforme dito anteriormente, esses temas não fossem relevantes para as investigações policiais nem para a cobertura jornalística dos feminicídios.

Uma das matérias sobre o caso Mirella Sena questiona a existência de uma possível relação entre a moça e o réu, trazendo como resposta a fala de uma tia da vítima: “Ela não tinha namorado. Era muito focada no trabalho.” (JORNAL DO COMMERCI, 2017: s/p¹⁵). Mais uma vez, um aspecto da vida pessoal da vítima, absolutamente independente do crime ocorrido, vem à tona em uma narrativa jornalística e expõe alguns condicionamentos que incidem sobre os corpos e condutas das mulheres. Em que o fato de a vítima ter ou não namorado deveria repercutir sobre a abordagem midiática de um crime de estupro? Parece-nos que, segundo a lógica midiática de (re)produção de determinados enquadramentos de sujeitos e grupos sociais, no discurso em questão prevalece a ideia de que não ter um companheiro “deixou a vítima mais vulnerável” à violência, como se sua segurança e integridade física estivessem em xeque pelo fato de Mirella morar sozinha.

Na via oposta mas ainda dentro do controle dos corpos das mulheres no âmbito de seus relacionamentos afetivo-sexuais, citamos o caso Remís Carla, outro feminicídio ocorrido na Região

¹⁵Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2017/04/06/suspeito-de-matar-fisioterapeuta-e-autuado-por-homicidio-triplamente-qualificado-277250.php>

Metropolitana do Recife no biênio 2015-2017. Em dezembro de 2017, a estudante de pedagogia foi assassinada pelo ex-companheiro em decorrência dos ciúmes excessivos do rapaz. Ao contrário do que aconteceu no caso Mirella Sena, as narrativas em torno da morte de Remís giram em torno do relacionamento abusivo entre ela e o ex-companheiro, com foco no histórico de agressões e de “idas e vindas” do casal. Em uma das matérias publicadas pelo *Jornal do Commercio*, lê-se o resumo do depoimento concedido pelo pai da jovem: “José ainda afirmou que, só após o desaparecimento da filha, começaram a aparecer indícios de agressão do ex-companheiro. ‘Só depois que Remís desapareceu ficamos sabendo do cárcere privado, das agressões, que ele chegou até a quebrar o celular’, disse” (BRAVO, 2017: s/p). Mais adiante na matéria, a repórter continua: “Em novembro, a jovem denunciou Paulo à Delegacia da Mulher por agressão, injúria e ameaça. Remís chegou a receber uma medida protetiva, mas, segundo a Polícia, Paulo não foi encontrado para assinar a notificação. *Ela se afastou dele, mas voltaram a se aproximar no dia 14*” (BRAVO, 2017: s/p, grifo nosso¹⁶).

O destaque conferido pela matéria às reiteradas agressões contra a vítima sem que a família soubesse e, principalmente, à retomada do relacionamento com o ex-companheiro parece sublinhar que a vítima, apesar de ter tido sua integridade física e psicológica atingidas repetidas vezes e ter sido morta em função disso, acaba por ser culpabilizada por ter tido uma conduta que, direta ou indiretamente, a colocou em risco, analogamente ao que aconteceu com Maria Alice Seabra e Mirella Sena. Novamente, o foco das matérias incide sobre o comportamento da vítima - no caso considerada passiva em um contexto de agressão - e não no do agressor, o responsável pela conduta criminosa.

Outro aspecto que chama a atenção nas coberturas midiáticas dos três casos é a menção recorrente à beleza e à juventude das três vítimas, o que, a nosso ver, serve a dois propósitos que se articulam: o primeiro é o de construir uma imagem de uma mulher ideal, de uma mulher “desejável”, cuja vida, portanto, teria “mais valor” do que a vida de uma mulher que não atende aos ideais de beleza e juventude compulsórias que permeiam a nossa cultura. O segundo é um corolário do primeiro e está

¹⁶ Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/12/24/minha-filha-sofreu-muito-diz-pai-de-remis-carla-321353.php>

relacionado ao objetivo de mobilizar emocionalmente os leitores das matérias, persuadindo-os de que as vítimas eram “dignas” de sua comoção e clamores por justiça.

Além da repercussão midiática que obtiveram, esses crimes foram amplamente discutidos pela opinião pública, provocando clamores por justiça e pela condenação dos acusados, como se pode perceber nos títulos das matérias: “‘Espero que ele pegue a pena máxima’, diz mãe de Maria Alice Seabra” (JORNAL DO COMMERCIO, 2018: s/p¹⁷); “‘Eu não aceito a morte da minha filha desse jeito. Quero justiça’, diz mãe de fisioterapeuta” (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2017,s/p¹⁸); “Enterro de Remís Carla é marcado por comoção e revolta” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2017¹⁹).

Reforçam os clamores por justiça nessas coberturas as matérias sobre os velórios das vítimas, em que se podem ver homenagens e depoimentos de familiares acionando a esfera do *pathos*, que se relaciona ao estado de espírito do auditório, àquilo que (co)move o público a quem o discurso se dirige. Esse apelo emocional sublinha a centralidade da vítima na economia midiática atual, pois a exposição de seu corpo e de sua experiência define os contornos da sua vulnerabilidade, ampliando o potencial de engajar o público e de intensificar o debate sobre (in)justiça e enfrentamento da violência.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos compreender como a mídia pernambucana coloca em circulação, repercute ou refuta determinados aspectos (e não outros possíveis) da violência contra a mulher na atualidade. Para atingir esse objetivo, discutimos as maneiras como o discurso midiático constitui vulnerabilidades (BUTLER, 2004) e, em seguida, como seleciona as “vítimas ideais” (HOIJER, 2004) para figurarem em narrativas sobre episódios de violência.

¹⁷ Disponível em <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2018/05/22/espero-que-ele-pegue-a-pena-maxima-diz-mae-de-maria-alice-seabra-58774>

¹⁸ Disponível em <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/04/06/NWS,23565,70,449,NOTICIAS,2190-EU-NAO-ACEITO-MORTE-MINHA-FILHA-DESSE-JEITO-QUERO-JUSTICA-DIZ-MAE-FISIOTERAPEUTA.aspx>.

¹⁹ Disponível em

https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/12/24/interna_vidaurbana,735804/enterro-de-remis-e-marcado-por-homenagens-e-revolta.shtml

Mais adiante, mobilizamos o conceito de biopolítica (FOUCAULT, 2004), isto é, o poder de governar a vida dos indivíduos e grupos sociais, e as noções de tecnologias sociais – mais especificamente as tecnologias do sexo (FOUCAULT, 2005) e de gênero (1987) – para pensar sobre como são as construídas as representações discursivas e sociais das mulheres na sociedade contemporânea e de que forma(s) isso afeta seus corpos, vidas e condutas.

Como resultados dessa investigação, percebemos que, de maneira geral, o discurso midiático reforça a sexualização do corpo feminino e o controle dos corpos e comportamentos das mulheres, disciplinando as formas como as mulheres veem a si mesmas e como são vistas pela sociedade. Acreditamos que este estudo contribui para a produção e difusão do conhecimento acerca da(s) violência(s) de gênero contra a mulher, peça-chave para a discussão e o enfrentamento de discursos e práticas opressivos no Brasil e, de forma mais específica, em Pernambuco. Ao apontar preconceitos e assimetrias nas coberturas midiáticas sobre essa temática, temos o intuito de tensioná-los e colaborar para a construção de um ambiente mais seguro, igualitário e promissor para as mulheres.

Referências

BRAVO, M. E. **‘Minha filha sofreu muito’, diz pai de Remís Carla**. Jornal do Commercio. Recife, 24 dez 2017. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/12/24/minha-filha-sofreu-muito-diz-pai-de-remis-carla-321353.php>

BUTLER, J. **Precarious life: the powers of mourning and violence**. London: Verso, 2004.

DIÁRIO de Pernambuco. **Enterro de Remís é marcado por homenagens e revolta**. Recife, 24 dez 2017. Disponível em https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/12/24/interna_vidaurbana,735804/enterro-de-remis-e-marcado-por-homenagens-e-revolta.shtml

FOLHA de Pernambuco. **‘Eu não aceito a morte da minha filha desse jeito. Quero justiça’, diz mãe de fisioterapeuta**. Recife, 06 abr 2017. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/04/06/NWS,23565,70,449,NOTICIAS,2190-EU-NAO-ACEITO-MORTE-MINHA-FILHA-DESSE-JEITO-QUERO-JUSTICA-DIZ-MAE-FISIOTERAPEUTA.aspx>.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1 – A vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.

G1 PERNAMBUCO. **Jovem morta em flat foi vítima de violência sexual e tortura, diz Polícia Civil de PE**. 06 abr 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/jovem-morta-em-flat-foi-vitima-de-violencia-sexual-e-tortura-diz-policia-civil-de-pe.ghtml>

HALL, S. **El trabajo de la representación**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos (IEP), 2002.

HOJER, B. **The discourse of global compassion: the audience and media reporting of human suffering. Media, culture and society**. London: Sage Publications, 2004. Disponível em: DOI: 10.1177/0163443704044215. Acesso em: 28 ago, 09 e 10 set. 2018.

JORNAL do Commercio. **Gleide Ângelo chora em depoimento do caso Maria Alice Seabra**. Recife, 22 mai 2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/05/22/gleide-angelo-chora-em-depoimento-do-caso-maria-alice-seabra-340234.php>

_____. **Suspeito de matar fisioterapeuta é autuado por homicídio triplamente qualificado. Recife, 06 abr 2017**. Disponível em:

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2017/04/06/suspeito-de-matar-fisioterapeuta-e-autuado-por-homicidio-triplamente-qualificado-277250.php>

_____. **‘Espero que ele pegue a pena máxima’, diz mãe de Maria Alice Seabra**. 22 mai 2018. Disponível em <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2018/05/22/espero-que-ele-pegue-a-pena-maxima-diz-mae-de-maria-alice-seabra-58774>

LAURETIS, T. de. **Technologies of gender: essays on theory, film and fiction**. Indiana: Indiana University Press, 1987.

PEREIRA, L. **Quem o machismo matou hoje?** Diário de Pernambuco. Recife, 26 jun 2015. Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/06/26/quem-o-machismo-matou-hoje/>

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria de Defesa Social. Indicadores criminais em Pernambuco. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2018. Disponível em: http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=5c066629-9db0-4908-8bf9-6e0ae34a47ee&groupId=124015. Acesso em: 11 set. 2018.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TOSCANO, G. S.; ARAÚJO, F.A.C;. **A violência sob a mira da mídia e suas implicações sociais**. In: XVIII Semana de Humanidades, 2010, Natal. Anais...Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2010. p. 01-09.